

Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial para o semestre findo em
30 de junho de 2014.**

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A. E CONTROLADAS – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota <u>explicativa</u>	2014
CIRCULANTE		6.846.254
Disponibilidades	5	2.350
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	85.445
Aplicações no mercado aberto		39.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros		45.446
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.811.718
Carteira própria		689.587
Vinculados a operações compromissadas		96.848
Vinculados à prestação de garantias		858.480
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	166.803
Relações interfinanceiras		8.803
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.793
Direitos junto a participantes de Sistemas de Liquidação		6
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		3.064
Créditos vinculados - Correspondentes		3.940
Operações de crédito		1.003.169
Operações de crédito - setor privado	9.a	1.134.228
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(131.059)
Operações de arrendamento mercantil		(2.109)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		227.763
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		52.201
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(226.700)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(52.201)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(3.172)
Outros créditos		3.907.002
Carteira de câmbio	12	3.701.725
Rendas a receber		844
Negociação e intermediação de valores	8	19.410
Diversos	13.a	190.718
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(5.695)
Outros valores e bens		29.876
Outros valores e bens		5.782
Despesas antecipadas	14	24.094

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.501.714
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	397.496
Carteira própria		9.030
Vinculados à prestação de garantias		105.585
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	282.881
Operações de crédito		862.621
Operações de crédito - setor privado	9.a	910.883
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(48.262)
Operações de arrendamento mercantil		-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		316.412
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		28.433
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(316.412)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(28.433)
Outros créditos		1.218.669
Carteira de câmbio	12	1.001.073
Diversos	13.a	217.596
Outros valores e bens		22.928
Outros valores e bens		117
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(117)
Despesas antecipadas	14	22.928
PERMANENTE		690.081
Investimentos		19.470
Participações em controladas		19.409
Outros investimentos		120
Provisão para perdas		(59)
Imobilizado de uso		19.833
Imóveis de uso		207
Reavaliação de imóveis de uso		804
Outras imobilizações de uso		52.610
Gastos em imóveis de terceiros		623
Depreciações acumuladas		(34.027)
Amortizações de gastos em imóveis de terceiros		(384)
Imobilizado de arrendamento		649.323
Bens arrendados		1.035.922
Superveniências de depreciações		58.238
Perdas de arrendamento a amortizar		23.165
Depreciações acumuladas		(453.758)
Amortização de perdas de arrendamento		(14.244)
Diferido		1.236
Gastos de organização e expansão		2.680
Amortização acumulada		(1.444)
Intangível	17	219
Outros ativos intangíveis		381
Amortização acumulada de outros intangíveis		(162)
TOTAL DO ATIVO		10.038.049

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	2014
CIRCULANTE		6.950.980
Depósitos	18	244.687
Depósitos à vista		14.269
Depósitos a prazo		230.418
Captações no mercado aberto		96.792
Carteira própria		96.792
Relações interfinanceiras		660
Recebimentos e pagamentos a liquidar		100
Correspondentes		331
Obrigações junto a participantes do sistema de liquidação		229
Relações interdependências		2.853
Recursos em trânsito de terceiros		2.853
Obrigações por empréstimos e repasses	19	2.885.940
Empréstimos no País		8.875
Empréstimos no exterior		2.877.065
Instrumentos financeiros derivativos		271.978
Instrumentos financeiros derivativos	8.e	271.978
Outras obrigações		3.448.070
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		704
Carteira de câmbio	12	3.233.345
Fiscais e previdenciárias	13.b	97.879
Negociação e intermediação de valores	8	2.903
Diversas	13.c	113.239
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.022.676
Depósitos	18	48.154
Depósitos a prazo		48.154
Obrigações por empréstimos e repasses	19	474.829
Empréstimos no País		12.229
Empréstimos no exterior		454.318
Repasses do País - FINAME		8.282
Instrumentos financeiros derivativos		123.378
Instrumentos financeiros derivativos	8.e	123.378
Outras obrigações		1.376.315
Carteira de câmbio		996.364
Fiscais e previdenciárias	13.b	255.137
Diversas	13.c	124.814

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	<u>35.052</u>
Resultado de exercícios futuros		35.052
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	<u>1.029.341</u>
Capital social		2.374.923
Reserva de capital		3.374
Reserva de reavaliação		221
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.509)
Prejuízos acumulados		(1.344.668)
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>10.038.049</u></u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<u>Nota explicativa</u>	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>629.283</u>
Operações de crédito		326.313
Operações de arrendamento mercantil		141.232
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		140.332
Resultado de operações com câmbio		21.406
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(382.655)</u>
Operações de captações no mercado		(30.914)
Operações de arrendamento mercantil		(116.454)
Operações de empréstimos e repasses		186.532
Resultado de operações com câmbio		(71)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(354.322)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(66.741)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(685)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>246.628</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(216.122)</u>
Receitas de prestação de serviços		9.448
Rendas de tarifas bancárias		9.725
Resultado de participações em controladas	16	(1.653)
Despesas de pessoal		(57.711)
Outras despesas administrativas	24	(154.274)
Despesas tributárias		(15.604)
Outras receitas operacionais	25	41.376
Outras despesas operacionais	26	(47.429)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>30.506</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		964
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		<u>31.470</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	<u>(12.838)</u>
Provisão para imposto de renda corrente		(10.488)
Provisão para contribuição social corrente		(6.699)
IRCS diferido		4.349
LUCRO DO SEMESTRE		<u><u>18.632</u></u>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido do semestre	18.632
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	(60.089)
Depreciações e amortizações	85.777
Superveniência de depreciação	(7.059)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	55.348
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	685
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos	(126)
Reversão para créditos cedidos com coobrigação	(13)
Constituição de provisão para riscos	11.393
Impostos diferidos	(4.349)
Provisão (reversão) para desvalorização de outros valores e bens	8
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	(209.684)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	5.405
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações	477
Baixa por obsolescência	411
Perda na venda de imobilizado	(14)
Resultado de participação em controladas	1.652
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	(41.457)

Variação de ativos e obrigações	(573.310)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(12.918)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	230.612
Redução em operações de arrendamento mercantil	678
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	(333)
Redução em operações de crédito	70.384
(Aumento) redução em outros créditos	1.530.245
Redução em despesa antecipada	6.984
Redução em outros valores e bens	589
Redução em depósitos	(450.038)
Aumento (redução) no mercado aberto	80.794
Aumento em Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	(106.016)
Aumento em obrigações por empréstimos	539.204
Aumento (redução) em outras obrigações	(2.090.978)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(370.188)
Redução em resultados de exercícios futuros	(2.329)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais	(614.767)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de imobilizado de uso	(6.781)
Alienação de bens não de uso	941
Alienação de imobilizado de uso	76
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(191.612)
Alienação de imobilizado de arrendamento	51.157
Aquisição de diferido	(717)
Aquisição de intangível	(193)
Alienação de intangível	67
Caixa líquido investido nas atividades de investimento	(147.062)

REDUÇÃO DO CAIXA NO SEMESTRE (761.829)

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE 841.611

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE 79.782

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>2.374.923</u>	-	<u>2.897</u>	<u>231</u>	<u>(9.908)</u>	<u>(1.363.316)</u>	<u>1.004.827</u>
Realização de reservas de reavaliação em controlada		-	-	-	-	-	16	16
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	477	-	-	-	477
Reservas de reavaliação		-	-	-	(10)	-	-	(10)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	5.399	-	5.399
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	18.632	18.632
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		<u>2.374.923</u>	-	<u>3.374</u>	<u>221</u>	<u>(4.509)</u>	<u>(1.344.668)</u>	<u>1.029.341</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco” ou “Institui o”), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas opera es têm a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

As capta es do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das capta es das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador.

O SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, foi constituído em novembro de 2013 com a emissão inicial de 10.000 cotas e investimento de R\$ 1.000. O fundo foi constituído como fundo exclusivo do Banco Société Générale Brasil S.A. que   o seu gestor. A administra o do Fundo   efetuada pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo do Fundo   aplicar seus recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas e características, sem o compromisso de concentra o em nenhum ativo ou fator de risco em especial.

O controle societário do Banco Cacique S.A. continuará sendo detido, integralmente, pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

2. APRESENTA O DAS DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstra es financeiras consolidadas foram elaboradas conforme princípios de consolida o emanados da legisla o societária brasileira e abrangem em 2014 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e o SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, cuja elabora o das demonstra es financeiras individuais (Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil)   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolida o geral elaborada pelo líder do Conglomerado.

As demonstra es contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolu o n  4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elabora o, a divulga o e a remessa ao BACEN destas demonstra es.

As demonstra es contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de

atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a Administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Diferentemente das demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, no conglomerado prudencial foi incluído, na consolidação, o fundo exclusivo SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, conforme determina o Art.9º da Circular nº 3.701 e Art.4º da Resolução 4.280 que determina que devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas todos os fundos de investimento nas quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Foram excluídas do conglomerado prudencial, as participações societárias indiretas, as quais tiveram seu valor de investimento eliminado contra a correspondente participação no patrimônio líquido da investidora, em atendimento ao Art. 8º I da Circular nº. 3.701:

<u>Controlada</u>	<u>Participação</u>
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	99,9960%
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	100,0000%
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	100,0000%

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços .

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o semestre, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não semestre para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outras obrigações”.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A

superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

No Banco, estão representados pelos ágios pagos nas aquisições das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacique S.A., o qual em dezembro de 2012 foi reconhecida perda integral do valor recuperável.

No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro do semestre tributável excedente a R\$ 120. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de

futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios   definido pela Alta Administra o das institui es, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio.

Essas unidades garantem que a exposi o não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposi o e eventuais excessos   Alta Administra o. A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica nas institui es. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito das institui es   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A  rea de Risco de Mercado   gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas das institui es com agilidade, transparência e alto grau de confiança.   a área responsável pela implementa o da estrutura de risco de mercado das institui es, sendo independente das áreas de negócio, com fun es específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identifica o, a avalia o, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo

padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, as instituições identificam e monitoram a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades	2.350
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>77.432</u>
Total	<u><u>79.782</u></u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>A vencer até 3</u> <u>meses</u>	<u>De 3 a 12</u> <u>meses</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto	39.999	-	39.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	45.446	45.446
Total	<u><u>39.999</u></u>	<u><u>45.446</u></u>	<u><u>85.445</u></u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2014 por categoria:

	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	698.662	698.617
Títulos para negociação:	623.799	623.813
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.094	10.094
Letras do Tesouro Nacional - LTN	558.657	558.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.587	2.641
Debêntures	52.446	52.446
Ações (PETR4)	15	15
Títulos disponíveis para venda:	74.863	74.804
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	41.254	41.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.609	33.559
Vinculados a operações compromissadas:	96.867	96.848
Títulos para negociação:	9.013	9.010
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.013	9.010
Títulos disponíveis para venda:	87.854	87.838
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	87.854	87.838
Vinculados à prestação de garantias:	966.276	964.065
Títulos para negociação:	725.331	725.153
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	47.803	47.801
Letras do Tesouro Nacional - LTN	671.821	671.563
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.707	5.789
Títulos disponíveis para venda:	240.945	238.912
Letras do Tesouro Nacional - LTN	217.025	214.998
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.824	20.819
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.096	3.095
Total	1.761.805	1.759.530

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

		Consolidado			
Títulos disponíveis para venda		2014			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	132.204	132.178	(26)	2	(24)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	271.458	269.376	(2.082)	833	(1.249)
Total	403.662	401.554	(2.108)	835	(1.273)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente.

c) Composição por prazo de vencimento

	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	21.103	-	21.103
A vencer até 3 meses	1.336.873	35.740	1.372.613
A vencer entre 3 e 12 meses	-	251.199	251.199
A vencer entre 1 e 3 anos	-	114.615	114.615
Total	<u>1.357.976</u>	<u>401.554</u>	<u>1.759.530</u>

d) Composição por emissor

Títulos para negociação	<u>1.357.976</u>
Públicos	<u>1.305.515</u>
Governo Federal	1.305.515
Privado	<u>52.461</u>
Ações	15
Debêntures	52.446
Títulos disponíveis para venda	<u>401.554</u>
Públicos	<u>401.554</u>
Governo Federal	<u>401.554</u>
Total	<u>1.759.530</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

<u>Indexador</u>	<u>Valor de referência</u>			
	<u>Operações registradas na CETIP</u>	<u>Total</u>	<u>Curva</u>	<u>Mercado</u>
CA FP X CDI	16.046	16.046	84	84
CDI X CESTA DE AÇÕES	11.785	11.785	(122)	(122)
CDI X CA FP	16.046	16.046	(84)	(84)
CDI X PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	50.000	50.000	101	1.400
CDI X VALE5	11.635	11.635	470	1.921
CESTA DE AÇÕES X CDI	11.785	11.785	122	122
CESTA DE AÇÕES X PRÉ	73.283	73.283	6.988	7.702
CESTA DE ÍNDICES X PRÉ	51.724	51.724	2.024	6.559
COROA NORUEGUESA (NDF)	1.245	1.245	71	105
DÓLAR (NDF)	1.745.960	1.745.960	35.316	34.047
DÓLAR X CDI (FLUXO DE CAIXA)	250.000	250.000	56.315	79.577
DÓLAR X EURO	1.119.717	1.119.717	3.944	(462)
DÓLAR X FRANCO (FLUXO DE CAIXA)	192.988	192.988	26.167	27.062
DÓLAR X LIBOR (FLUXO DE CAIXA)	366.066	366.066	(1.044)	7.189
DÓLAR X PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	31.137	31.137	6.056	7.087
EURO (NDF)	2.030.855	2.030.855	67.309	95.725
FRANCO X DÓLAR	403.491	403.491	(4.668)	(4.708)
IYR X PRÉ	34.383	34.383	1.370	1.585
LIBOR X DÓLAR (FLUXO DE CAIXA)	366.066	366.066	1.064	(7.048)
LIBRA (NDF)	53.962	53.962	(6.074)	(7.327)
MXWO X PRÉ	23.565	23.565	(2.414)	741
PRÉ X CESTA DE AÇÕES	278.369	278.369	(6.988)	(7.702)
PRÉ X CESTA DE ÍNDICES	51.724	51.724	(2.014)	(1.267)
PRÉ X DÓLAR	309.625	309.625	16.206	11.626
PRÉ X IYR	38.966	38.966	(1.524)	(2.659)
PRÉ X MXWO	23.565	23.565	2.426	(732)
PRÉ X SPX	193.473	193.473	(5.367)	(10.907)
PRÉ X VALE5	3.912	3.912	(115)	3.253
SPX X PRÉ	125.270	125.270	3.221	6.639
VALE5 X CDI	19.863	19.863	(429)	(429)
YEN (NDF)	102	102	3	2
Total	7.906.608	7.906.608	198.414	248.979

<u>Opções flexíveis</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>receber (pagar)</u>
Compra de opção de compra	210.035	3.604
Venda de opção de compra	160.609	(10.306)
Total	<u>370.644</u>	<u>(6.702)</u>

<u>Opções listadas</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>receber (pagar)</u>
Posição comprada-Opções de compra	3	1
Posição comprada-Opções de venda	3	1
Posição vendida-Opções de compra	50.000	(84.283)
Posição vendida-Opções de venda	247.500	(103.668)
Total	<u>297.506</u>	<u>(187.949)</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – Swap, Ndf e Opções

Curto prazo	166.803
Longo prazo	282.881
Saldo registrado no ativo:	<u>449.684</u>
Curto prazo	(271.978)
Longo prazo	(123.378)
Saldo registrado no passivo:	<u>(395.356)</u>
Diferencial líquido a pagar	<u>54.328</u>

e.2) Mercado futuro

Mercadoria	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber (pagar)</u>
DDI	5.861.294	17.754
DI	4.332.241	221
Dólar	2.052.195	1.495
Índices	45.096	(60)
Total	<u>12.290.826</u>	<u>19.410</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA.

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 964.065.

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

	Valores referenciais					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	46.001	1.482.628	2.127.657	495.931	-	4.152.217
NDFs	1.060.028	1.122.257	1.563.704	86.135	-	3.832.124
Futuros	3.918.722	5.275.796	2.434.492	493.438	168.378	12.290.826
Opções	297.506	370.644	-	-	-	668.150
Total	5.322.257	8.251.325	6.125.853	1.075.504	168.378	20.943.317

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2014, os seguintes resultados:

	2014
NDF	47.209
"Swap"	6.511
Mercado futuro	(597.033)
Opções	188.859
Total	(354.454)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" de fluxo de caixa

	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(1.108.449)	-
DDI	1.107.791	(1.051.051)
DI	-	1.046.996
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(5.428)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (40%)		2.171

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

Operação:

 Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)

 Total 19.410

Passivo – Outras obrigações

Operação:

 Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio 126

 Outros 2.777

 Total 2.903

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

Empréstimos e títulos descontados 1.122.216

Financiamentos 922.895

Total das operações de crédito 2.045.111

Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12) 518.720

Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12) 2.015

Outros créditos – títulos e créditos a receber 4.029

Total de outros créditos 524.764

Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10) 544.560

Total do risco da carteira 3.114.435

b) Diversificação por atividade:

Setor privado:	
Indústria	645.194
Comércio	160.623
Instituições financeiras	23.033
Pessoas físicas	1.927.652
Prestação de serviços	255
Outros serviços	277.621
Setor público	
Governo federal	80.057
Total	<u>3.114.435</u>

c) Vencimento

	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Prazo:		
Vencidas	114.935	3,69
A vencer até 3 meses	402.731	12,93
A vencer de 3 a 12 meses	1.415.270	45,44
A vencer de 1 a 3 anos	999.603	32,10
A vencer de 3 a 5 anos	173.500	5,57
A vencer de 5 a 15 anos	8.396	0,27
Total	<u>3.114.435</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	<u>Valor</u>	<u>% sobre a carteira</u>
Principal devedor	204.939	6,58
10 seguintes maiores devedores	706.329	22,68
20 seguintes maiores devedores	152.091	4,87
50 seguintes maiores devedores	90.158	2,89
100 seguintes maiores devedores	54.108	1,74
Demais devedores	1.906.810	61,22
Total	<u>3.114.435</u>	<u>100,00</u>

e) Nível de risco:

Nível	%	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	895.630	-	895.630
A	0,50%	1.642.174	2.495	1.644.669
B	1,00%	242.377	18.408	260.785
C	3,00%	61.043	18.818	79.861
D	10,00%	36.496	5.707	42.203
E	30,00%	17.129	4.976	22.105
F	50,00%	13.219	5.457	18.676
G	70,00%	10.053	6.507	16.560
H	100,00%	81.379	52.567	133.946
		<u>2.999.500</u>	<u>114.935</u>	<u>3.114.435</u>

f) Provisão por nível de risco:

Nível	%	Total	Provisão
AA	0,00%	895.630	-
A	0,50%	1.644.669	8.223
B	1,00%	260.785	2.607
C	3,00%	79.861	2.397
D	10,00%	42.203	4.221
E	30,00%	22.105	6.631
F	50,00%	18.676	9.338
G	70,00%	16.560	11.592
H	100,00%	133.946	133.943
Provisão mínima		<u>3.114.435</u>	<u>178.952</u>
Provisão adicional (*)			<u>9.236</u>
Total			<u>188.188</u>

(*) Em 30 de junho de 2014, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa adicionais aos requerimentos mínimos da Resolução BACEN nº 2682, na controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R\$ 9.236 considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e recuperações).

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:

Arrendamentos a receber - setor privado	517.572
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(516.509)
Arrendamentos a receber - setor público	80.634
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(80.634)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	556.893
Superveniência de depreciação	58.238
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	8.921
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	<u>(80.555)</u>
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u><u>544.560</u></u>

Arrendamento operacional:

Arrendamentos a receber - setor privado	26.603
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	<u>(26.603)</u>
Total	<u><u>-</u></u>

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	<u>Taxa anual de Depreciação(%)</u>	
Equipamentos de informática	28,57%	35.061
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		160
Depreciação acumulada		<u>(9.950)</u>
Total		<u><u>25.271</u></u>

(*) nota explicativa nº 3 f

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Saldo inicial	222.749
Constituição	67.426
Baixas	<u>(101.987)</u>
Saldo final	<u><u>188.188</u></u>
Curto prazo	139.926
Longo prazo	48.262

No Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 29.103. O valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 foi R\$ 342.

12. CARTEIRA DE CÂMBIO

Ativo:

Câmbio comprado a liquidar	2.663.234
Direitos sobre venda de câmbio	2.038.713
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(1.164)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	2.015
Total	<u>4.702.798</u>

Curto prazo	3.701.725
Longo prazo	1.001.073
Total	<u>4.702.798</u>

Passivo:

Câmbio vendido a liquidar	2.305.837
Obrigações por compra de câmbio	2.442.592
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(518.720)
Valores em moeda estrangeira a pagar	-
Total	<u>4.229.709</u>

Curto prazo	3.233.345
Longo prazo	996.364
Total	<u>4.229.709</u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

Adiantamentos e antecipações salariais	2.230
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	375
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 b)	3.501
Devedores por depósitos em garantia (*)	204.698
Devedores por depósitos em garantia-outros	49
Impostos e contribuições a compensar	40.058
Títulos e créditos a receber	151.052
Contratos a implantar	3
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23)	3
Devedores diversos no exterior (**)	3.246
Outros	3.099
Total	<u>408.314</u>
Curto prazo	190.718
Longo prazo	217.596
Total	<u>408.314</u>

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 43.751 em 30 de junho de 2014, a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 2.546, a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 78.521, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda e contribuição social correspondentes às diferenças de correção monetária relativos aos Planos Verão, Collor I e II, totalizando R\$ 7.830 em 30 de junho de 2014, processos trabalhistas, no montante de R\$ 29.831, e desmutualização da BM&FBOVESPA R\$ 8.493.

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	16.514
Impostos e contribuições a recolher	8.109
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 d)	89.860
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i)	238.523
Outros	10
Total	<u>353.016</u>
Curto prazo	97.879
Longo prazo	255.137
Total	<u>353.016</u>

c) Outras obrigações - diversas:

Cheques administrativos	39
Obrigações com cessionários	83
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	54.405
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	16.514
Provisão com despesas de pessoal	18.149
Provisão para despesas de publicação	106
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	39.753
Provisão para pagamentos a fornecedores	8.618
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	219
Recebimentos a processar	8.043
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	80.555
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a)	8
Credores diversos - exterior	765
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 23 a)	8.746
Provisão para despesas de auditoria	601
Valores a repassar - prêmio de seguro	809
Taxa de administração de fundo	15
Fundo garantidor de crédito	38
Outras	587
Total	<u>238.053</u>
Curto prazo	113.239
Longo prazo	124.814
Total	<u>238.053</u>

(a) Refere-se, principalmente, ao pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, na controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, no montante de R\$ 31.633, provisão para fundo de reserva de financiamento, no montante de R\$ 4.240, pagamento de despesas de pessoal, no montante de R\$ 2.369, e outros pagamentos, no montante de R\$ 1.422.

14. DESPESAS ANTECIPADAS

Fianças	33
Vale transporte	34
Assistência médica e odontológica	1
Despesas com encargos contratuais	1
Comissões (*)	46.069
Empréstimos no País	303
Empréstimos no exterior	433
Outras	148
Total	<u>47.022</u>
Curto prazo	24.094
Longo prazo	<u>22.928</u>
Total	<u>47.022</u>

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2014</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 b)	238.523
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	54.405
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	<u>16.514</u>
Total	<u>309.442</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2014

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	216.723	59.480	22.353	298.556
Constituição (*)	22.537	3.261	1.333	27.131
Baixas	(1)	2	(508)	(507)
Reversão (**)	(4.164)	(8.630)	(6.679)	(19.473)
Atualização (*)	3.428	292	15	3.735
Saldo final	238.523	54.405	16.514	309.442

Devedores por depósitos em garantia

174.757	16.678	8.529	199.964
---------	--------	-------	---------

(*) Nota explicativa nº 26. Na controlada Banco Cacique S.A., riscos fiscais inclui o valor de R\$ 18, registrado na rubrica “Despesas de Pessoal”, referente ao FGTS provisionado e não recolhido. A provisão para riscos trabalhistas no Consolidado refere-se majoritariamente à provisão de R\$ 43.871 constituída pela controlada Banco Cacique S.A.

(**) Nota explicativa nº 25. Na controlada Banco Cacique S.A., riscos cíveis inclui o valor de R\$ 8.348 que não afeta resultado em virtude de representar valor ressarcido pelos antigos proprietários.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2014

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	195.207	195.207	54.405	54.405	15.593	15.593
Perdas possíveis (b)	310.641	43.316	332.528	-	75.793	921
Perdas remotas	52.207	-	-	-	17.085	-
Total	558.055	238.523	386.933	54.405	108.471	16.514

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Compensação de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente a correção monetária de balanço com base na Lei nº 8.200/91 - em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 11.512 (nota explicativa nº 28) no Banco e Consolidado;

- Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 6.229 no Banco e Consolidado;
- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 14.213 no Banco e Consolidado;
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 72.677 no Banco e no Consolidado R\$ 74.104;
- Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 46.011 no Consolidado;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2014, totalizou R\$ 38.117 no Banco.

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 28.552 no Banco e Consolidado;
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente ao ano 2008 – em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 46.233 no Consolidado;
- Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais fora previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2014 totalizou no Banco R\$ 8.770 e no Consolidado R\$ 29.091;
- Auto de infração recebido em outubro de 2013 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal totalizou R\$ 56.543 no Banco e Consolidado.

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

16. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS

	Cacique Promotora de Vendas Ltda.	Cobrared Cobrança Especializada Ltda.	Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.	Total
	2014	2014	2014	2014	2014
Informações das controladas:					
Capital social	18.045	100	7.133	231	
Quantidade de cotas	22.815	1.000	2.038.000	300	
Participações - %	99,9960%	0,1000%	100,0000%	0,1000%	
Patrimônio líquido	16.689	4.693	2.711	650	
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	(4.314)	(157)	2.662	1	
Movimentação dos investimentos:					
Saldos em 31 de dezembro	21.002	5	49	6	21.062
Resultado de equivalência patrimonial	(4.314)		2.662	(1)	(1.653)
Saldos em 30 de junho	<u>16.688</u>	<u>5</u>	<u>2.711</u>	<u>5</u>	<u>19.409</u>

17. INTANGÍVEL

Outros ativos intangíveis	381
Amortização de outros ativos intangíveis	(162)
Total	<u>219</u>

18. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Total
	2014	2014	2014
Sem vencimento	14.269	-	14.269
Até 3 meses	-	123.541	123.541
De 3 meses a 1 ano	-	106.877	106.877
De 1 a 3 anos	-	48.154	48.154
Total	<u>14.269</u>	<u>278.572</u>	<u>292.841</u>

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Empréstimos:

Obrigações por empréstimos no País	21.104
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	501.259
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	1.454.968
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	<u>1.375.156</u>
Subtotal	<u>3.352.487</u>

Repases do País

Finame	8.282
Total	<u>3.360.769</u>

Curto prazo	2.885.940
Longo prazo	<u>474.829</u>
Total	<u>3.360.769</u>

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2015 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 0,76% ao ano.

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com vencimentos até 2017, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano em 2014.

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2019, sujeitos à variação cambial e a juros de até 4,42% ao ano.

Para esses empréstimos, foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 d.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, e em decorrência destes “hedges”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 8.363.

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Comissão de empréstimos (*)	21.146
Descontos obtidos a diferir (**)	13.861
Comissão de operação em moeda estrangeira	<u>45</u>
Total	<u><u>35.052</u></u>

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

(**) Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2014, o capital social estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

Ações ordinárias	408.392
Ações preferenciais	<u>408.392</u>
Total	<u><u>816.784</u></u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do semestre. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do semestre, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2014:

	Imposto de renda	Contribuição social
	2014	2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	31.470	31.470
Alíquota vigente	25%	15%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(7.868)	(4.721)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:		
- (Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(19)	(11)
- Juros indedutíveis MP 472	(1.909)	(1.146)
- Despesas com fraudes	(11)	(7)
- Descontos concedidos	(2.686)	(1.611)
- Despesas com cessão em operações de crédito	55	33
- Outras despesas não dedutíveis	(1.443)	(960)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:		
Diferenças temporárias		
- Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.325	1.995
- Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(3.300)	(1.980)
- Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	3.018	1.810
- Provisão de PLR	470	282
- (Provisão)/Reversão de bônus e PLR	613	368
- Honorários advocatícios	9	5
- Prejuízos fiscais	319	-
- Outras diferenças temporárias	(943)	378
Efeito da Compensação de prejuízos fiscais	4.002	2.401
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	(6.368)	(3.164)
Ajustes de Impostos de renda e da contribuição social de outros exercícios	(418)	(257)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.092	1.854
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.694)	(1.567)
c) Crédito tributário não contabilizado de imposto de renda e contribuição social		
Diferenças temporárias - Outras (a)	(4.736)	(2.841)
Total de imposto de renda e contribuição social	(8.430)	(4.408)

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 30 de Junho de 2014 de R\$ 438.678 e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 513.800, sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) diferidos no montante de R\$ 380.991 e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	<u>2014</u>
Diferenças temporárias:	<u>8.753</u>
Provisão para riscos	1.170
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	2.087
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge	5.429
Outras	<u>67</u>
Total	<u>8.753</u>
Alíquota de imposto de renda	<u>25%</u>
Crédito tributário constituído	<u><u>2.188</u></u>

Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%)

Diferenças temporárias:	<u>8.753</u>
Provisão para riscos	1.170
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	2.087
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge	5.429
Outras	<u>67</u>
Total	<u>8.753</u>
Alíquota de contribuição social	<u>15%</u>
Crédito tributário constituído	<u><u>1.313</u></u>

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	<u><u>3.501</u></u>
---	---------------------

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	<u>2014</u>
Saldo inicial	12.438
Adições	87
Baixas	<u>(9.024)</u>
Saldo final	<u><u>3.501</u></u>

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	<u>2014</u>
Saldo inicial	82.452
Marcação a mercado-ndf	6.817
Mercado futuro	-
Marcação a mercado da linha SG Paris	-
Reserva de reavaliação	(6)
Realização de superveniência de depreciação	<u>597</u>
Saldo final (*)	<u>89.860</u>

(*) Nota explicativa nº 13 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

<u>Valor contábil</u>	
<u>Imposto de renda e</u>	
<u>contribuição social sobre</u>	
<u>diferenças temporárias</u>	
<u>Ano</u>	<u>2014</u>
2013	274
2014	2.758
2015	-
2016	<u>469</u>
Total	<u>3.501</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 2.693 em 30 de Junho de 2014.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	<u>Ativo</u> <u>(Passivo)</u>	<u>Receita</u> <u>(Despesa)</u>
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.		
Valores a receber de sociedades ligadas	1	10
Depósitos à vista	(11)	-
Depósitos a prazo	(456)	(24)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.		
Valores a pagar a sociedades ligadas	(3.103)	(20.104)
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.		
Valores a pagar a sociedades ligadas	(1.325)	(8.072)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.		
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.318)	(11.212)
Société Générale - Nova York		
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	37.781	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(499.735)	(816)
Société Générale - Paris		
Devedores diversos no exterior (*)	3.246	3.376
Credores diversos no exterior (**)	(8)	(8)
Outras obrigações - diversas	(3.485)	3.135
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.697.993)	(12.154)
Société Générale - Canadá:		
Obrigações por empréstimos do exterior	(768.016)	(285)
Sogener Administração e Serviços Ltda.		
Valores a receber de sociedades ligadas	2	9
Depósitos à vista	(5)	-
Depósitos a prazo	(1.961)	(95)
Ald Automotive Ltda.		
Depósitos à vista	(3)	-
Depósitos a prazo	(18.345)	(1.008)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar)	11.626	32.255
Resumo por conta:		
Credores diversos no exterior (**)	(8)	(8)
Depósitos a prazo	(20.762)	(1.127)
Depósitos à vista	(19)	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	37.781	-
Devedores diversos no exterior (*)	3.246	3.376
Obrigações por empréstimos do exterior	(2.965.744)	(13.255)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar)	11.626	32.255
Outras obrigações - diversas	(3.485)	3.135
Valores a pagar a sociedades ligadas	(8.746)	(39.388)
Valores a receber de sociedades ligadas	3	19
Total	(2.946.108)	(14.993)

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**) Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Proventos	5.472
Contribuição ao INSS	<u>877</u>
Total	<u><u>6.349</u></u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>Ações</u> <u>ordinárias</u>	<u>Ações</u> <u>preferenciais</u>
Société Générale- Paris	<u>408.392</u>	<u>408.392</u>
Total de ações	<u><u>408.392</u></u>	<u><u>408.392</u></u>

24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas de água, energia e gás	410
Despesas de material	270
Despesas de serviços técnicos especializados	3.678
Despesas de processamento de dados	17.310
Despesas de serviços do sistema financeiro	8.265
Despesas de aluguéis	5.488
Despesas de serviços de terceiros	4.710
Despesas de manutenção e conservação de bens	590
Despesas de comunicações	3.543
Despesas de contribuições filantrópicas	341
Despesas de serviços de vigilância e segurança	49
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	2.114
Despesas de arrendamento	163
Despesas de seguros	214
Despesas com entidades de classe	42
Despesas de propaganda e publicidade	8.592
Despesas de publicações	103
Despesas de transportes	1.207
Despesas de promoções e relações públicas	252
Despesas de viagem	1.234
Despesas de depreciação e amortização	3.324
Despesas com serviços de consultoria e assessoria	35.166
Despesas com auditoria	361
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	75
Despesas de serviços de promoção de vendas	26.041
Despesas de serviços de cobrança	15.588
Despesas de serviços administrativos prestados	126
Despesas de serviços de assessoria jurídica	4.116
Despesas de estrutura compartilhada	6.799
Outras	4.103
Total	<u>154.274</u>

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Recuperação de encargos e despesas	2.458
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	4.164
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	8.630
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	6.679
Atualização de créditos tributários	457
Atualização de depósitos judiciais	703
Atualização de depósitos trabalhistas	34
Juros e multas	462
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobrigação	78
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	250
Variação monetária	6.331
Reversão de provisão de despesas de advogados	34
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	2.380
Receita de estrutura compartilhada	3.865
Outras	4.851
Total	<u>41.376</u>

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Prestação de serviços no exterior	36
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	22.537
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	3.428
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	3.261
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	292
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	1.333
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	15
Provisão para despesas com publicação	121
Despesas com fraudes	230
Despesas com prêmios de campanha em bens	1.595
Despesas com indenizações cíveis	1.548
Descontos concedidos	10.744
CPMF e IOC bancado sobre operações	1
Variação monetária	6
Outras	2.282
Total	<u>47.429</u>

27. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

Apuração dos limites de Basileia – Consolidado

Rubrica

	<u>Sigla</u>	<u>Cálculo pelo critério atual</u> <u>2014</u>
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.018.786
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	621.783
Parcela do Risco das Posições “Banking Book”	RBAN	39.479
Valor da margem		<u>357.524</u>

Parcelas que compõem o PRE

<u>Parcela</u>	<u>2014</u>	
	<u>Totais</u>	<u>% de consumo do PR</u>
RWACPAD	487.528	48%
RWACAM	640	0%
RWAJUR1	7.967	1%
RWAJUR2	69.494	7%
RWAJUR3	-	0%
RWAJUR4	-	0%
PCOM	-	0%
PACS	5.520	1%
RWAOPAD	50.634	5%
Adicional BCB	-	0%

Extrapolação

	<u>2014</u>
Índice exigido - BACEN	11%
Índice simples alcançado	18,02%
Índice ampliado alcançado	16,95%

28. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais.

Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

<u>Processo</u>	<u>Valor contábil da provisão 2014</u>
Lei nº 8.200/91 - Correção Monetária de Balanço (*)	11.512
IRRF sobre cota de fundo ao portador	483
CSLL	1.053
Total	<u>13.048</u>

(*)Nota explicativa nº 15 iii a – registrado no grupo fiscais e previdenciárias

No momento da consolidação do débito, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologação da Secretaria da Receita Federal.

29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados que estão vigentes em 30 de junho de 2013 e outorgados a partir de 1  de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es.

I - Plano de a es diferidas

Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de A es Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco.

A outorga das a es está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condi es de performance. Sendo que 50% das a es serão 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 30 de junho de 2014. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das a es sujeitas a condi o de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as a es serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das a es serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicar  caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das a es e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar entre a 4  e 6 . serão outorgadas 25% das a es e caso fique após a sexta posi o nenhuma a o será empossada.

II - Plano de ações livres

Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de A es livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas.

O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das a es condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condi o de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condi o esta atingida. O segundo grupo, 60% das a es remanescentes, está condicionado   permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condi o de que a satisfa o dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (opera es França, Banco de varejo e Corporate Banking).

III - Fidelity Bonus Scheme

O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remunera o variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das institui es do conglomerado.

O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquida o em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condi es de desempenho para o seu semestre.

A remunera o variável diferida no tempo   apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das a es do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentar  o valor final a ser pago aos funcionários.

A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados do semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital e, passivo na rubrica "Outras Obriga es Diversas":

Plano de a�es livres (*)	2.897
Plano de a�es diferidas (*)	477
Fidelity Bonus Scheme (**)	191
Total	<u>3.565</u>
Saldo no início do exercício	2.999
Constitui�o	910
Exercidas	<u>(344)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>3.565</u>

(*) Reservas de capital

(**) Outras Obriga es Diversas

30. OUTRAS INFORMA ES

a) Em 30 de junho de 2014, a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros, monta a R\$ 673.204.

b) No semestre findo em 30 de junho de 2014, as cessões de crédito com coobriga o com outras institui es financeiras, montam R\$ 13.103.

Os contratos objeto das cessões referem-se a crédito pessoal consignado - INSS e a financiamento de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. O valor presente dos contratos cedidos em 30 de junho de 2014 pela taxa dos contratos é de R\$ 11.263 e a taxa média dessas cessões foi de 14,11% ao ano e 1,1061% ao mês para o crédito pessoal consignado – INSS e de 14,69% ao ano e 1,14787% ao mês para o financiamento de veículos. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante R\$ 219.

c) Plano de pensão

A partir do semestre de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2014, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 48 e pelos funcionários R\$ 190.

d) Medida Provisória nº 627 convertida na Lei

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ e CSLL.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1o de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

As instituições concluíram que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e não optará pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 convertida na Lei nº 12.973 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis das instituições.
